

O annus horribilis da política brasileira

Publicação: [O Mundo em Português Nº61](#)

Data de Publicação: Fevereiro/Março de 2006

Autor: Renato Janine Ribeiro

2005 foi um ano muito negativo para a política brasileira. Não se sabe se alguém ganhou com os escândalos que minaram a imagem do PT e do governo. Acabou a lua de mel em que o Brasil se viu como uma Suécia política, mesmo sendo uma sociedade injusta. Entre a eleição de Lula, em Outubro de 2002 e meados de 2004, o país viveu um período em que a política tinha adversários e não inimigos, em que um partido de esquerda governava (fazendo uma política de centro-esquerda), em que tínhamos o que os teóricos da política e os praticantes da democracia desejam: divergências agudas, mas com respeito recíproco. Sucessivas denúncias apontaram algo que é, pelo menos, um financiamento irregular da política. Não há dúvida de que erros e crimes devem ser expostos à luz. O próprio PT deveria apoiar isso, e parte dele propôs que o partido se «refundasse», apostando na sua histórica capacidade de discutir em público suas divergências e mazelas.

O problema é que as denúncias não foram além de um clima de agudo moralismo. A oposição fez farto uso delas, mas não pode apurá-las a fundo porque o «valerioduto» (o esquema do publicitário Marco Valério para financiar campanhas eleitorais) foi montado inicialmente em benefício de políticos do PSDB, o partido que em princípio mais teria a ganhar com o enfraquecimento de Lula. Assim, ou as acusações no Congresso e na imprensa – quase toda ela de oposição – atingem quem denuncia, ou acabam sendo parciais e instrumentalizadas.

Mais que isso, a imagem do político nunca foi muito positiva no Brasil – e piorou com a actual crise. Vejamos: um dos aspectos positivos dos anos de 2003 e 2004 foi completar-se um quadro em que todas as forças políticas importantes do país ocuparam a direcção política nacional. A direita exerceu-a sob a ditadura e no governo Collor (1990-92), o PMDB nos governos Sarney (1985-90) e Itamar (1992-94), o PSDB com Fernando Henrique (1995-2002) – e, agora, o PT. Isso trouxe ao mais radical dos grandes partidos brasileiros uma experiência e responsabilidade que lhe faltavam, embora tivesse administrado com bastante êxito muitos municípios e, com menor,

alguns Estados. A grande diferença no poder central é que ele define as opções económicas, e isso o PT ainda não havia feito.

A opção do governo Lula por uma política económica conservadora decepcionou parte de seus eleitores. Os juros altos dificultam o investimento e, sobretudo, aumentam a dívida pública, destinando à banca muito mais dinheiro do que custa o déficit da Previdência Social, tão condenado pelos conservadores. Mesmo assim, o governo não privatizou nada, reduziu o risco Brasil, exportou como nunca, mesmo com um dólar barato (a 60% do que valia a moeda americana no fim do governo passado), aumentou a produção, reduziu o desemprego e ampliou os programas sociais. O balanço é mais positivo que negativo.

Contudo, no plano político, um desempenho que agradava ao capital dando, ao mesmo tempo, vantagens aos trabalhadores (o maior salário mínimo das últimas décadas, o diálogo reaberto com os docentes e alunos das universidades públicas, que são as melhores do país), acabou suscitando um nível de hostilidade espantoso. Em vez de se discutir a sério o financiamento político, que é hoje o grande flagelo das democracias, o que se fez foi uma demonização – que assenta numa explicação elementar, mas que é a da direita em geral: para atender a seus fins totalitários (sic), um partido inspirado em Fidel Castro (sic) tentou garantir a sua dominação do país por várias dezenas de anos usando amplamente da corrupção (sic). Nada comprova o meio (não há praticamente denúncias de corrupção no poder executivo), e o fim é risível: nem o PT é um partido totalitário nem, com menos de 20% dos deputados federais, tem como governar sozinho. Mesmo assim, é o que lemos na imprensa.

Os custos são altos. Lula, que tinha assegurada a reeleição no pleito de Outubro de 2006, passou a candidato ainda forte (não cai abaixo de 30% das intenções de voto), mas com a rejeição a seu nome voltando aos níveis históricos de quando era visto como radical. Os possíveis candidatos do PSDB, porém, não têm certeza de vitória: o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, teria vínculos com a Opus Dei; já o prefeito da cidade de São Paulo, José Serra, está atado pela promessa que fez de cumprir seu mandato inteiro, e se não o fizer deixará a maior cidade brasileira em mãos, por três anos, do principal partido de direita, o PFL, que nela nunca chegou sequer a 10% dos votos.

A imprensa tampouco sai bem na foto. É difícil um grande jornal fazer um balanço comedido da política nacional. Quase só se vêem acusações. A acreditar-se nos jornais, o governo é ineficiente (o que é longe de ser verdade) e isso se deve à corrupção. Quando algo funciona, como a ampliação dos programas sociais, é denunciado como

«populismo», que visaria ganhar votos populares – o que, aliás, parece que está sendo conseguido. Assim, o cinturão de pobreza da cidade de São Paulo, que por muito tempo votou à direita, hoje tem uma preferência eleitoral pelo PT.

O mais sério, porém, é que a grande ameaça à política brasileira está no moralismo. O PT usou no passado as denúncias, e hoje paga por isso. A actual crise poderia contribuir para o amadurecimento político, permitindo um franco balanço do financiamento partidário e alçando o debate às grandes escolhas políticas. Dou um exemplo. Em 2000, a eleição municipal de São Paulo foi vivida no ambiente de denúncia da corrupção que era identificada com a direita local. Ora, o Brasil ganhará se, em vez de cada lado disputar o poder acusando o outro de corrupção, virmos como legítimas no confronto político tanto as vias de esquerda (mais sociais) como de direita (mais privatistas). Mas a campanha para a Presidência e os governos estaduais, este ano, bem como para os respectivos legislativos, será certamente montada sobre denúncias, que – se no varejo beneficiam a oposição – no atacado aumentam a aversão do eleitorado aos partidos e abrem espaço para o não-político: para candidatos carismáticos e, sobretudo, para uma descrença que pode orientar as pessoas e mesmo os grupos para opções cínicas, inclusive a criminalidade.

O curioso é que a tematização da corrupção na cena política brasileira convive provavelmente com os índices mais baixos da mesma em nossa história recente. Desde o final do regime militar (1964-85), não há grandes obras de cimento, como estradas e represas, que tradicionalmente foram celeiro de comissões pouco ortodoxas. No governo actual, o facto de não haver novas privatizações eliminou um foco possível de grandes ganhos irregulares. Parece que o modelo antigo de corrupção, ligado a uma política das oligarquias, está sumindo ou se confinando nos Estados menos desenvolvidos. Parece também que nossa corrupção hoje é a mais avançada, a de primeiro mundo, ligada a uma política que se tornou mediática e que requer spin doctors, marqueteiros, como dizemos, para que hoi polloi, o povo enquanto espectador da cena, seja persuadido a votar num ou noutro.

Essa hiper-modernização do político convive com indicadores sociais difíceis (embora estejam lentamente melhorando) e com uma venezuelização do país por parte da oposição, que – sob um governo moderado – monta um cenário de temperatura quente. Não se sabe quem se queimará mais nisso. O facto é que a educação política da população não melhorou, que o diálogo diminuiu, que o espaço para juízos moderados se adelgaçou e que as alianças necessárias para retirar o Brasil de seus impasses estão difíceis. Os dois partidos que, nos últimos quinze anos, ocuparam os dois pólos da

liderança política nacional, o PT e o PSDB, nenhum deles com vínculos com a ditadura, ambos de convicções democráticas, estão hoje condenados ao conflito quase antagónico e têm suas imagens expostas. A lisura que se esperava dos dois é contestada. O que poderia ser bom da crise – uma catarse mais uma análise fria dos factos e uma eliminação de suas causas – não está no horizonte actual.